

SOBRE A TECNOLOGIA E A ESTÉTICA DO RACISMO

André Fabiano Voigt¹
Universidade Regional de Blumenau - FURB

FLORES, MARIA BERNARDETE RAMOS. *Tecnologia e estética do racismo: ciência e arte na política da beleza*. Chapecó: Argos, 2007.

Em uma época ainda marcada pelos determinismos econômicos como principais explicadores da realidade política e social contemporânea, tratar do papel desempenhado pela ciência e pela arte nos dias atuais podem ser entendidos como abordagens secundárias, ou por vezes até pouco importantes, diante das grandes interpretações macroeconômicas, denominadas sob o termo *globalização*. Os conceitos de *infraestrutura* e *superestrutura* também direcionam, sobremaneira, as abordagens históricas sobre a atualidade. E é esta diferenciação piramidal, pensada pela economia política liberal do século XVIII e incorporada aos estudos marxistas durante o século XIX, que acaba por atribuir aos estudos que trabalham aspectos da produção científica e artística a categoria de estudos pouco relevantes.

No entanto, as interpretações oriundas da produção científica e artística – sempre tratadas como meros reflexos de uma determinada condição macroeconômica – são a chave para a compreensão histórica de uma série de questões que dizem respeito à *permanência do racismo* como prática presente na partilha do mundo sensível e na hierarquização do domínio político da contemporaneidade.

Falar de racismo pode trazer sobressaltos em uma época que procura apagá-lo de todas as suas práticas. Como seria possível haver racismo em um tempo que se caracteriza pela derrota dos fascismos e pela vitória da democracia? De qualquer maneira, o racismo de que se fala está na feliz expressão de Michel Foucault: *racismo de Estado*. A delimitação de políticas de governo das populações, fundamentadas em uma taxonomia dos povos conforme o seu grau de civilização, estabelecendo os critérios sobre quem deve viver e quem deve morrer, de modo a purificar a raça.²

O livro de Maria Bernardete Ramos Flores, *Tecnologia e Estética do Racismo*, trabalha estas questões em sua repercussão na produção intelectual e artística brasileiras, a partir do início do século XX. A purificação da raça é o

epicentro do debate em torno da identidade nacional brasileira: o branco, sobretudo o português, será considerado o condutor do espírito nacional brasileiro, cuja herança cultural deve ser a base do progresso nacional, inventando a etnia luso-brasileira. Indígenas, africanos e miscigenados serão aqueles que apenas contribuirão timidamente para a formação nacional. Suas culturas deverão ser preservadas inertes ao tempo da mudança, de modo que o próprio tempo se encarregue das suas mortes políticas perante o luso-brasileiro.

Todavia, o debate racial na Brasil só pode ser pesquisado em relação a um conjunto de enunciados que a ele estão imbricados. A preservação de um parâmetro eugênico, medido conforme os cânones da arte clássica – baseada nos critérios de harmonia, simetria, equilíbrio – reitera o padrão branco como aquele que representa ser o mais adequado para a formação de uma nação moderna. Dr. Renato Kehl, no discurso médico, ao lado de Hernani de Irajá, na produção artística aliada aos estudos de medicina, pontuam elementos que caracterizam um padrão de corpos para “regenerar” a nação. A *beleza* é utilizada, pelos dois autores, como princípio de hierarquização. Mas os padrões de beleza não estão isentos de preconceitos de qualquer espécie, e quando ambos concluem a favor da expurgação de um padrão de fealdade observado na população brasileira – fealdade coincidente com os padrões biológicos centrados na superioridade branca e na inferioridade africana e indígena, bem como na sua miscigenação com o branco – Kehl e Irajá estão reproduzindo a validade de um dispositivo racista para a constituição nacional brasileira.

A manutenção da hierarquia *sexista* não está excluída da abordagem histórica de Maria Bernardete Ramos Flores, que trata na segunda parte do livro de uma questão trazida para o Brasil nas primeiras décadas do século XX: a “crise de virilidade” do Ocidente e o perigo da “feminização da cultura”. O estudo de Mário Pinto Serva sobre a virilização da raça, juntamente com a mariologia da Igreja Católica e a doutrina integralista de Plínio Salgado, assim como os estudos de medicina legal de Afrânio Peixoto, formam uma complexa rede discursiva que naturaliza a superioridade do masculino e a inferioridade do feminino, como constituição corporal e como capacidade política. O masculino é mantido como o humano universal, relegando ao feminino a tarefa da reprodução da prole para a nação. Novamente, os dispositivos racistas não estão dissociados de um sexismo que molda sua estética.

Na última parte de seu livro, Flores trata de um tema pouco aprofundado na historiografia brasileira contemporânea: o *americanismo*. A sedução trazida pela eficácia da produtividade fordista, pela tecnologia industrial estadunidense e a possibilidade de sua aplicação na sociedade brasileira durante a República Velha, suscitou a produção de obras que abordam esta questão. Monteiro Lobato e

seu Jeca Tatu americanizado, Adalzira Bittencourt e seu Brasil perfeito do ano 2500, são os retratos do anseio por um Brasil modernizado pela adoção de um padrão anglo-americano de ordem sociopolítica, marcando o abandono gradativo da herança colonial lusa no país. Ainda que o luso-brasileiro não tenha sido descartado como modelo de progresso para a nação, o americanismo exalta os valores trazidos pela manutenção de um padrão racista nas novas relações de poder no mundo contemporâneo, o mesmo que repete *ad infinitum* que o Brasil é um país de Terceiro Mundo, subdesenvolvido e maculado pela decadência de suas instituições.

Assim, a autora de *Tecnologia e Estética do Racismo* traça a rede discursiva que articula nação, corpo e sexualidade na constituição de uma cultura de raça no Brasil. Fundamentada em uma leitura particular de vários autores, com especial inspiração em alguns livros de Jacques Rancière, Flores aplica à produção científica e artística brasileiras do início do século XX o debate que o filósofo francês inaugura a respeito da *constituição estética da sociedade*, realizada através de uma *partilha do sensível*, que é o modo pelo qual se determina a relação entre o comum e a divisão de partes exclusivas.³ Neste momento da história brasileira, o estabelecimento de um ideal purificado de raça em um país miscigenado faz parte da constituição estética de sua sociedade. Simultaneamente, a manutenção de um modelo masculino de humanidade, aliado à eficácia da produtividade fordista, entram nesta partilha do sensível, funcionando em conjunto com o racismo de Estado. Deste modo, a autora procura captar a singularidade em que estas questões são introduzidas no Brasil das primeiras décadas do século passado.

Por último, é importante destacar que os estudos que trazem outras dimensões das inquietações de nossa época – sobretudo as que dizem respeito ao papel da ciência e da arte na constituição estética da sociedade – são cada vez mais necessários para o mapeamento das relações de poder na atualidade, desfazendo a associação entre *produção de conhecimento* e *reprodução de preconceitos*, ao mesmo tempo em que abre caminhos para uma produção intelectual comprometida com a crítica.

NOTAS

¹ Doutor em História da UFSC. Professor do Departamento de História da FURB. E-mail: voigtandre@hotmail.com

² Esta questão é trabalhada pelo autor no livro: FOUCAULT, Michel. *Em Defesa da Sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

³ Ver RANCIÈRE, Jacques. *Políticas da Escrita*. São Paulo: Ed. 34, 1995.